

22 MAI 1985

O Planalto espera votação de emenda

Assembleia Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, garantiu ontem que o presidente José Sarney só enviará ao Legislativo sua mensagem convocando a Constituinte depois da votação da emenda Gastone Righi (PTB-SP), com a mesma proposta, para não "atropelá-la". O senador acredita que a iniciativa do governo ainda não foi elaborada, já que o presidente não a apresentou na reunião de ontem do conselho político.

Segundo o parlamentar, não há pressa no envio da emenda ao Congresso, "pois a Constituinte somente será eleita em 1986 e ninguém duvida de que isso acontecerá". Ao mesmo tempo, ainda existem questões a serem resolvidas antes, como a situação dos senadores eleitos em 82 e sem delegação expressa da população para redigir a nova Carta, o quórum de deliberação da Constituinte e o seu tempo de duração. Mesmo assim, se for necessário, o senador adiantou que o presidente Sarney

pedirá urgência na apreciação da matéria. A princípio, ela deverá tramitar normalmente no Congresso.

Para resolver as questões pendentes, ainda conforme o parlamentar, já existem algumas propostas, como a de submeter o caso dos senadores ao eleitorado, que se manifestaria para dizer se devem ou não participar da Constituinte. Quanto ao quórum de decisão da Assembleia, ele acredita que será de maioria simples, enquanto o tempo de duração dos trabalhos deverá ser fixado pelos próprios constituintes, já que são soberanos para decidir sobre o seu funcionamento.

Segundo ainda o senador, a decisão de só enviar a proposta após a votação da emenda Gastone Righi foi do próprio Sarney, frisando a necessidade de evitar-se velhas práticas do antigo regime, que costumava atropelar iniciativas de autoria parlamentar, roubando-lhes as idéias. Ele afirmou que, se a emenda Righi não contivesse algumas imperfeições ou fosse possível corrigi-las no plenário, o governo poderia encaminhar logo a sua proposta, "para to-

mar carona na do deputado, como fez com o emenda das reformas políticas".

O próprio Gastone Righi, porém, não entende assim. Ontem, ele acusou o Executivo de ameaçar de "atropelamento" a sua emenda constitucional. "Descumprindo o compromisso do eterno presidente Tancredo Neves — disse ele — o Executivo ameaça atropelá-la, negando ao Legislativo o direito à iniciativa. Nenhuma razão plausível, nenhum argumento concreto ou procedente, nenhum fundamento válido ou admissível. Subsistem apenas as solertes, espúrias e torpes motivações do período totalitário. Não pode o Legislativo, não podem os representantes do povo ter iniciativas políticas de relevância. Só o Executivo pode".

O deputado Celso Barros (PI), que estava na liderança do PFL quando o deputado paulista falava, lembrou que a Constituinte precisa realmente ser convocada, mas não como pensamento e ato de um homem só. "Deve ser convocada como ato nacional, através dos órgãos competentes", argumentou.

MALUF APOIA

O deputado Paulo Maluf, por sua vez, também defendeu a emenda de Gastone Righi. "Se o governo, realmente, deseja o pacto político, deve começar por prestigiar o Congresso, aprovando a emenda Gastone Righi, sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Seria mostra inequívoca de prestigiamento do Congresso", afirmou o parlamentar durante um encontro com os repórteres no gabinete do líder do PDS, deputado Prisco Viana.

Quando os jornalistas lembraram que ele, no ano passado, contribuiu para a rejeição da emenda Dante de Oliveira, Maluf respondeu: "Se aquilo representou erro, eles o estão repetindo. Fala-se de pacto político, que é nome pomposo que não significa nada. Através de comissões e de pactos quer-se esconder os problemas econômicos e a fome do povo". Ele também disse que é contrário à eleição em dois turnos para prefeitos de capitais, alegando que "devemos simplificar as coisas. As eleições municipais devem ser disputadas num só turno".